

Paulo Serra
Anabela Gradim (eds.)

ANUÁRIO INTERNACIONAL DE COMUNICAÇÃO LUSÓFONA 2017/18

O desafio da comunicação
no espaço lusófono

LUSOCOM
Associação de Comunicação Lusófona

SOPCOM
Associação de Comunicação
de Portugal

LABCOM
Associação de Comunicação
de Portugal

Ficha Técnica

Título

Anuário Internacional de Comunicação Lusófona

Organização

Paulo Serra
Anabela Gradim

Editora LabCom.IFP

www.labcom-ifp.ubi.pt

Coleção

Livros de Comunicação

Direção

Gisela Gonçalves

Design Gráfico

Sara Constante (capa)

ISBN

978-989-654-636-6 (PAPEL)

978-989-654-638-0 (PDF)

978-989-654-637-3 (EPUB)

Depósito Legal

465231/19

Tiragem

Print-on-demand

Universidade da Beira Interior
Rua Marquês D'Ávila e Bolama,
6201-001 Covilhã, Portugal
www.ubi.pt

Covilhã, 2019

© 2019, Paulo Serra & Anabela Gradim.

© 2019, Universidade da Beira Interior.

**Análise (crítica) do discurso e análise de conteúdo:
afinam pelo mesmo diapasão?**

**(Critical) discourse and content analysis: tuned to the
same pitch?**

Zara Pinto-Coelho
CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade,
Universidade do Minho, Braga
zara@ics.uminho.pt

Resumo: Será mais apropriado usar a Análise de Conteúdo ou a Análise do Discurso? Esta é uma interrogação muito presente entre quem realiza investigação empírica nas Ciências da Comunicação. Através de um exercício de confronto, assente na experiência pedagógica, nas práticas de investigação e nas aprendizagens que daí retirei, pretendo introduzir questões que contribuam para densificar a discussão sobre o assunto.

Palavras-chave:
Análise do Discurso; Análise de Conteúdo; Análise Crítica do Discurso; Estudos Críticos do Discurso.

Abstract: Is it more appropriate to use Content Analysis or Discourse Analysis? This is a very present question among those who carry out empirical research in Communication Sciences. Through an exercise of confrontation, based on my teaching experience, research practices and learning that I have withdrawn from them, my aim is to introduce questions that contribute to broaden the discussion on the subject.

Keywords:
Discourse Analysis; Content Analysis; Critical Discourse Analysis; Critical Discourse Studies.

Introdução

Esta reflexão tem como base as minhas práticas de investigação no domínio das Ciências da Comunicação. Foi com a análise de conteúdo que me iniciei nas lides da investigação científica, aplicando-a à imprensa local de Braga e ao modo como esta se posicionou face à revolução republicana que destituiu a monarquia constitucional e implantou um regime republicano em Portugal a 5 de outubro de 1910 (Pinto-Coelho, 2010). Já lá vão alguns anos. Ficou a consciência de que se trata de uma tarefa árdua, morosa, periclitante e sobretudo ingrata. Esta insatisfação e experiência pessoal das fragilidades e limitações teóricas e metodológicas da análise de conteúdo ¹ motivou a exploração de novos caminhos. Subvertendo a frase de Lasswell, “a análise de conteúdo deve começar onde os modos tradicionais de investigação acabam” (citado em Bardin, 1979, p. 13), não serei o único caso em que a análise do discurso começou precisamente onde acabou a análise de conteúdo (Alves, 2000).

No processo de preparação e de execução da análise de conteúdo antes mencionada, tive necessariamente de me iniciar na análise do discurso. Já então me interessava pela comunicação das ideologias, o que fez com que a análise de conteúdo ao jeito de Bernard Berelson (1952) se tivesse revelado insuficiente. Recorri, então, às técnicas de análise das coerências esboçada por Baldwin e da análise avaliativa de Osgood (Bardin, 1979). Tal permitiu-me entrar em contacto com as correntes formalistas da análise do discurso e, nos seus antpodas, com as correntes pragmáticas. Mas esta aprendizagem revelou-se limitada face à necessidade sentida e experimentada de ultrapassar entendimentos das práticas da comunicação humana que as reduzem e reduzem o seu estudo empírico e problematização teórica a preocupações técnicas e instrumentais.

Foi no âmbito da investigação que conduziu à tese de doutoramento (Pinto-Coelho, 2002) que mergulhei a fundo nessa forma de fazer análise do discurso que se autointitula de crítica. Um modo de estudar o discurso com uma consciência e causa, e de revelar o papel do discurso na (re)produção e mudança das relações de poder, fazendo-o sempre que possível a partir da perspetiva dos

¹ A propósito das quais se usa, na língua inglesa, a expressão “discontent analysis”, seja por produzir descrições irrelevantes, supostamente de uma forma objetiva, seja por fazer descrições ricas do conteúdo, mas que pecam pela subjetividade (Mayring, 2014, p. 23).

oprimidos (Fairclough & Wodak, 1997). Trata-se de estudar o discurso com uma “atitude”, quer dizer, com sentido de responsabilidade e empenhamento na igualdade e justiça sociais (Van Dijk, 2005). Neste aspeto, distingue-se claramente da Análise de Conteúdo². Não só porque delimita à partida o seu campo de ação e interesse, mas também porque define explicitamente a posição sociopolítica de que parte, bem como os interesses em produzir um conhecimento emancipatório, propulsor de resistência e luta em prol da mudança social ³. Para além disso, advoga a intervenção ativa nas práticas sociais que investiga. Por conseguinte, enquadra-se num tipo de tradição científica avessa à tradição positivista que dita os critérios de qualidade da análise de conteúdo clássica (Titscher et al., 2000).

O título escolhido para esta reflexão indica já de alguma forma o caminho que irei seguir: o da comparação. Não pretendo ser exaustiva, mas insistir antes em aspetos que aproximam e diferenciam (em especial estes últimos) a análise de conteúdo (AC) da análise crítica do discurso (ACD). Almejo também reduzir riscos, atestados na experiência académica, de se meter tudo no mesmo saco, seja designar tudo de análise de conteúdo, seja tudo designar como análise do discurso. Separemos, pois, as águas, para tornar inteligíveis diferenças fundamentais e contribuir, se possível, para responder a perguntas comuns entre estudantes, “Devo usar a análise de conteúdo para isto? Devo usar a análise do discurso para aquilo?”.

O exercício confronta tipo ideais para contrastar diferenças e pretende apenas funcionar como um motivo para aprofundar as reflexões em torno da investigação empírica realizada nas Ciências da Comunicação. Há desenvolvimentos recentes na AC (Neuendorf, 2017) que incluem tendências mais qualitativas (Mayring, 2014). E a ACD nunca foi homogênea (nem em termos de abordagens teóricas, nem de métodos) estando, como qualquer outra área

² E também de outros tipos de análise de discurso, que fazem do discurso em si, quer dizer do seu funcionamento linguístico, mas também social, o seu objeto de análise. Ver, por exemplo, o livro já clássico de Deborah Schiffrin (1994).

³ Não me vou deter numa explicitação da inspiração teórica inicial deste projeto, uma vez que está amplamente documentada, incluindo em textos precusores como os já referidos de Fairclough & Wodak (1997), nem na complexidade do debate em torno da teoria crítica nas Ciências Sociais, dado que esse não é o objetivo da discussão. Claro que essa opção ética e epistemológica tem consequências várias, aforadas mais à frente no texto, dando conta, ainda que parcialmente, de um longo debate em curso entre académicos das Humanidades e Ciências Sociais.

do saber, em movimento. Desde o seu surgimento, nos finais dos anos oitenta do século passado, são múltiplas e variadas as transformações em curso, incluindo em termos de perspetivas e agenda (Hart & Cap, 2014; Lazar, 2007; Machin & Mayr, 2012; Wodak & Chilton, 2005; Wodak, 2013). De facto, trata-se de abordar, dentro dos limites desta publicação, duas áreas de conhecimento que incluem uma vasta amplitude de estudos, publicações e pesquisas. E de continuar um exercício já iniciado por muitos outros, incluindo por mim. ⁴ Num primeiro momento, interrogo a questão do objeto já que, como recorda Fidalgo (1999, p. 19), saber o que se estuda numa determinada área do saber “é tão importante ou mais do que saber quais os seus métodos ou seus objectivos”, para em seguida explorar os procedimentos analíticos e discutir, por último, alguns aspetos em torno da validação da análise.

Objeto de análise

Tanto a AC quanto a ACD problematizam de alguma forma a comunicação humana e ambas trabalham em termos materiais a sua face mais visível, as “mensagens”, orais, escritas e não verbais. Ambas lidam com *corpus* de “dados reais”, quer dizer, não editados, estudados como “são”. Mas há divergências muito significativas na forma como esse material é concebido teoricamente e, assim, no tipo de objetivos traçados e nos modos de procedimento implicados. Para tornar clara esta divergência, proponho um primeiro confronto: a AC incide no texto; a ACD foca o discurso. O que quero dizer com isto? O objeto de análise da AC clássica (centrada na categorização e quantificação da frequência da ocorrência) são os “conteúdos”. Considera que esses conteúdos (de natureza psicológica, sociológica, política, histórica) são elementos completamente separados e independentes das formas usadas nos textos, sendo recuperáveis a partir de uma descrição sistemática e objetiva, geralmente quantitativa, da superfície dos mesmos. Postula ainda que há uma relação causal e direta entre esses conteúdos, entendidos como “condições de produção” (Henry & Moscovici, 1968) ou elementos do “contexto dos dados”

⁴ Em 2004 apresentei no Congresso da Associação de Sociologia uma comunicação em torno do assunto. Ver em língua inglesa, no campo da comunicação, Hemesdahl (2006) e este muito interessante e rico debate entre académicos das Ciências Sociais e Humanas publicado na Revista Qualitative Methods (Herrera e Braumoeller, 2004). Em português do Brasil, ver Rocha e Deusdará (2005, 2006); e de Portugal, Correia (2006).

(Krippendorff, 1980)⁵, e as suas manifestações verbais. Por fim, dita que é na fase da interpretação “controlada” que o analista relaciona os dados encontrados com os elementos do contexto ou “conteúdos” alvo de interesse. Na ACD, ao invés, analisa-se o texto como parte integrante de uma (inter)ação ou um evento comunicativo específico, por sua vez concebido como parte constitutiva de uma prática, estrutura ou processo social mais complexo. Para a ACD, o texto constitui apenas a parte visível de um processo comunicativo que ocorre numa situação social concreta e numa sociedade e cultura. De muitas formas, o texto sinaliza esta inscrição contextual e essas manifestações precisam de ser analisadas em detalhe, também como possíveis consequências do texto. Por outras palavras, na ACD texto e contexto, nas várias dimensões assinaladas, constituem-se mutuamente. Analisar o discurso significa, portanto, analisar o texto em contexto (Van Dijk, 1997), ou seja, significa analisar as relações dialéticas entre estas duas dimensões do discurso.

Na base destas formas distintas de construir os dados em análise, temos concepções de comunicação e também de linguagem claramente opostas. Subjacente à visão formal do texto que sustenta a AC, estão as concepções da “comunicação como um transporte de significações de um emissor para um receptor” (Bardin, 1979, p. 32) e da linguagem como um código fechado, um instrumento preciso, que é usado para agarrar um significado preciso, completamente integrado no texto. Considera-se que o texto, na essência, contém o significado intencionado pelo emissor, aquilo a que se chama o seu sentido profundo ou “significação oculta”. Isto convida-nos a pensar os significados como sendo algo inerente ao texto em si, ou às frases, e muitas vezes apenas às palavras que o compõem; convida também a ver o texto como uma janela transparente através da qual podemos chegar à mente do emissor, ou à realidade sobre que fala o texto. Os traços linguísticos do texto são vistos como não problemáticos, um mero canal que dá acesso direto à coisa real no mundo social ou mental, i. é., ao fenómeno em análise. É postulado ainda que há um conjunto de significados comuns entre os participantes; e que os significados que os receptores – vistos como uma mera imagem de espelho dos emissores – captam, podem ser recuperados a partir da “superfície dos textos”. O texto é desmembrado e o significado é depois “extraído do artefacto textual” pelo

⁵ Krippendorff (1980) definiu a AC como uma “técnica de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis dos dados para o seu contexto”.

analista. Construi-se assim um retrato das coisas com base no conteúdo referencial, descontextualizado, como se os fenômenos visados – por exemplo, as opiniões que os entrevistados têm sobre as mudanças climáticas – fossem elementos completamente separados dos eventos comunicativos em que são expressos. Neste quadro, o texto tende a ganhar estatuto de coisa, como se fosse um objeto material imutável, inoperante e inerte (Smith, 1986). Daí que a AC permita assumir que o significado das palavras (ou de outras unidades de análise) se mantém consistente e fixo em todas as suas ocorrências, prestando-se, portanto, a exercícios de quantificação. A ACD, bem como a Análise do Discurso em geral, integra uma concepção da comunicação que sublinha as dimensões (inter)acional, cognitiva e social do ato de comunicar. Considera-se que a linguagem que usamos, numa determinada situação, para comunicar as nossas impressões, crenças e opiniões, ou para representar a nossa experiência, não é um meio neutral (Duranti, 2011), mas sim parte ativa e constitutiva desses processos cognitivos, interacionais e sociais.

Quando usamos a linguagem num determinado evento comunicativo fazemos habitualmente referências a um mundo (real ou imaginado). Ao fazer essas escolhas linguísticas e não outras, estamos a ordenar ou a configurar esses mundos de uma determinada forma, ou seja, estamos a representá-los ou a construí-los no significado, classificando a experiência, identificando pessoas, coisas e emoções, etc. Estamos, portanto, a construir uma determinada versão desses mundos, que molda a forma como essas realidades – que vemos como naturais e independentes da linguagem – podem ser experienciadas, conhecidas e influenciadas. Ora esta ideia, há muito tempo aceite nos Estudos do Discurso, associada a teóricos de várias áreas das Ciências Sociais e Humanas, mostra-nos que os criadores e intérpretes de textos usam a linguagem para se referir às realidades que vivem e, ao fazê-lo de uma determinada forma, e não de outra, num evento comunicativo concreto, estão simultaneamente a constituir-las. Neste sentido, o mundo que pomos em palavras e o mundo lá fora não são dois fenômenos separados ou independentes um do outro. Intimamente relacionadas com esta função constitutiva do uso da linguagem, estão as funções performativa e interacional do mesmo. É muito extensa a tradição nos Estudos do Discurso que mostra que ao usarmos a linguagem não estamos apenas a comunicar ideias e a reconstruir o mundo de que falamos no texto. Estamos a fazer alguma coisa, para além de estarmos, claro, a usar a linguagem num evento comunicativo concreto e socialmente

situado. A nossa atividade verbal está orientada para a realização de ações sociais relevantes. Quer dizer então que usamos a linguagem para agir com e sob os outros, mesmo que esses outros não estejam fisicamente presentes; mesmo que as ações sociais que realizamos ao falar ou escrever escapem ao nosso controlo, ou sejam apenas interpretadas assim por outros. Ou seja, ao usarmos a linguagem num aqui e agora concreto, estamos a organizar a nossa vida social de uma determinada maneira e não de outra, definindo a atividade social em que nos encontramos, bem como os papéis, identidades e relações entre os participantes envolvidos na mesma. Falar ou escrever não acontece apenas na interação social; parte importante dessa interação acontece na e através da linguagem que usamos. Portanto, na ACD não se considera que os materiais do *corpus* são simplesmente um tipo de texto, fruto da atividade individual solitária de falantes ou escritores, nem um conjunto de ações sociais que realizamos solitariamente ao falar ou escrever, mas elementos indicativos de uma forma de interação social, em que participamos como atores sociais, tal como participamos noutras formas de interação social.

Também faz parte do senso comum nos Estudos do Discurso a ideia que o significado e a força discursiva e social do que fazemos ao falar ou ao escrever sobre alguma coisa, em eventos comunicativos concretos, estão sujeitos a um maior ou menor grau de diferenças de poder e de controlo. Diferentes atores sociais, pelo seu posicionamento socio-cultural, operam com graus relativos de possibilidade de escolha na interação linguística, falada ou escrita, o que significa que o poder também é negociável, mesmo em atividades linguísticas onde, por via do acesso privilegiado a recursos de poder (discursivos, institucionais, sociais ou outros), certos participantes têm mais meios do que os outros para moldar a atividade em curso. Isto remete-nos para outra dimensão do contexto, mais global, que é a da prática social. À luz desta, a ACD aborda o texto como parte de uma atividade regulada por convenções socio-culturais, regras e normas discursivas. Menos habitual nos Estudos do Discurso, esta dimensão mais global do contexto do texto é designada como fundamental na ACD. Considera-se que os atos e a interação linguística dos atores sociais são constitutivos de ações e procedimentos organizacionais e institucionais, assim como das relações de poder e identidades sociais que se estruturam. Por esta via, as interações linguísticas são vistas como contribuindo de forma indireta para a (re)produção (ou mudança) da estrutura e da ordem social, bem como da cultura. Para entender a significância social e política da interação lingüística

tica socialmente situada, importa, portanto, perspectivá-la no quadro de práticas de comunidades discursivas e sociais mais alargadas. Ou seja, importa entendê-la como instância ou exemplo de um (ou mais) género ou tipo de discurso institucionalizado ou partilhado por uma determinada comunidade. Ora, como as relações do discurso – como uso situado da linguagem – com o poder e as desigualdades sociais constituem o centro de interesse da ACD, assume-se que, de muitas maneiras, o acesso exclusivo ou privilegiado que certos participantes têm a formas legítimas e legitimadas de discurso público, lhes permite controlar a natureza da situação de comunicação, definindo-a unilateralmente. Esse privilégio também lhes possibilita o controle de outros elementos da situação comunicativa em jogo – quem pode dizer ou escrever o quê em que posição com que fins a quem quando e com que efeitos. É aqui que a desigualdade entra no retrato. Nem todos temos acesso aos mesmos recursos linguísticos e discursivos e, conseqüentemente, o que (não) podemos fazer com e na linguagem está delimitado e circunscrito à partida, embora não de uma forma definitiva, já que essas linhas são constantemente redesenhadas. Para além daquilo que fazemos no e através do uso da linguagem, seria bom perguntar também o que esse uso nos faz a nós (Martins, 2002).

A tensão criada por esta forma de conceber o discurso, implica que na análise crítica de um evento comunicativo concreto o foco incide na relação recíproca entre as escolhas ou seleções⁶ que os participantes fazem quando comunicam – prestando assim atenção à criatividade e capacidade de adaptação dos mesmos – e as normatividades – situando-as num quadro mais alargado de configurações de poder – que constroem e simultaneamente tornam possível (ou excluem) escolhas e dão sentido às mesmas. Partindo desta posição, o texto passa a ser visto como um registro, uma manifestação de um processo comunicativo e social complexo. Tal significa que o texto não encerra em si mesmo o seu conteúdo, ou seja, o seu sentido, nem a sua significância política ou ideológica. O que se compreende como sentido é, então, muito diferente daquilo que na AC se define como tal. Envolve sempre uma contextualização do texto, e põe em destaque os significados sociais, bem como aquilo que o texto faz. De facto, as teorias semânticas, pragmáticas e conversacionais do discurso permitem-nos já perceber que o conteúdo ou sentido “não é o que

⁶ Escolhas relativas aos vários níveis das estruturas discursivas – expressão, forma, significado, ação, a estratégias comunicativas e também ao nível do contexto (van Dijk, 1997)

existe dentro do texto” (Hiernaux, 1997, p. 157), nem é produzido só por quem escreve, ou apenas só por quem lê. Para a ACD todos estes elementos são importantes na produção do sentido, sendo que este resulta da forma como os participantes vão inscrevendo ou contextualizando o texto – o que é dito e como é dito – no fluir do evento comunicativo, ou seja, vão fazendo com que o texto faça sentido na sequência de uma interação específica, nas circunstâncias concretas de um aqui e agora, socialmente inscrito em estruturas de poder e culturalmente baseado. O processo de produção de sentido é visto como sendo algo dinâmico e negociado entre os participantes onde entram o significado potencial das escolhas linguísticas realizadas e os universos de contextualização que os participantes – seja quem escreve, seja quem lê – mobilizam e evocam nos processos de produção e de interpretação dos textos. Os participantes tornam esses universos relevantes no modo como usam a linguagem, e isto aplica-se a quem escreve ou quem lê. As escolhas que fazem não são arbitrárias, nem são equivalentes, não sendo, porém, realizadas segundo regras fixas, mas antes segundo princípios flexíveis e negociáveis no evento em que estão a comunicar, ou seja, de forma mais ou menos controlada ou consciente, vão adaptando essas escolhas à mesma (Verschuren, 1999). Embora dialógico, ainda que o sentido resulte do alinhamento social entre esquemas e modelos cognitivos usados pelos (menos) dois participantes, mesmo que alguém esteja a ler o texto sozinho, havendo lugar para uma presumida reciprocidade de perspetivas, tal não quer dizer que haja sempre cooperação ou acordo, comunhão ou simetria. Na ACD considera-se que esses recursos estão desigualmente distribuídos e que as condições do seu uso são constrangidas por relações de poder e desigualdades presentes nas estruturas sociais, como já referido.

Uma metáfora que poderá ajudar a compreender este processo de construção do sentido é a do discurso como um icebergue, ou como um blueprint que Tomlin et al (1997) propõem para substituir a metáfora mais comum do discurso como um contentor. Nesta visão, quem cria um texto – que pode ser um coletivo – age como uma espécie de arquiteto. O texto final não deve ser visto como um constructo semântico completamente preenchido, mas sim como uma espécie de planta para orientar os leitores na construção de uma representação conceptual (ou semântica) do assunto de que o texto fala. Tal como as plantas dos edifícios não contêm os materiais que são usados na construção, mas retratam, por convenção, a forma como esses materiais devem ser usados

num dado edifício, também o texto produz pouco ou nenhum significado *per se*, embora sirva, por norma, para guiar o leitor na construção desse edifício conceptual. E aqui conviria sublinhar o seguinte: mesmo dados ou textos que parecem puramente monológicos, não interacionais, estão organizados dialogicamente, são sempre desenhados para alguém em particular estando, por consequência, orientados, de forma consciente ou não, para o que se presume ser as características desse alguém ou dessa audiência (Bell, 1984). Essa orientação funciona como um guia para os participantes envolvidos: permite ao produtor do texto selecionar, de tudo o que tem a dizer sobre a realidade a que refere o texto, os conteúdos que vai expressar e pressupor nas estruturas globais e locais do texto; e também escolher a forma mais adequada de o fazer quando está de fato a escrever. Isto explica, por exemplo, por que o que se diz não reflete necessariamente o que se quis dizer ou fazer e que sejam frequentemente mensagens inferidas, ausentes das palavras ditas, que ligam umas frases às outras nos textos, procedendo assim a comunicação por inferências. Da mesma forma, como recorda a pragmática (Verschuren, 1999), as pessoas não consomem textos de uma forma passiva, mas processam-nos em modos pragmáticos normais, inferindo significados que não foram ditos explicitamente. É também em função do que consideram ser aspetos relevantes na interação que elas ativam nas leituras as instruções projetadas nos textos, quer quanto aos significados ou conteúdos, quer quanto ao posicionamento face aos mesmos. Toda a interpretação implica fazer inferências relativas à natureza da situação de comunicação em causa, o que vai ser af feito e como vai ser feito. Nós compreendemos um texto porque ele faz sentido num contexto particular. Se o texto fornece pistas na base das quais os leitores podem fazer essas inferências, é certo também que o texto não constitui por isso a única fonte de informação usada no processo de construção do sentido. Usamos elementos do repertório de conhecimento sociocultural geral sobre o assunto abordado no texto, sobre a gramática e regras discursivas da linguagem usada no mesmo, sobre as normas, valores e regras que pautam e estruturam o tipo de situação ou prática comunicativa em que estamos envolvidos, assim como podemos usar elementos de atitudes e ideologias partilhadas por grupos sociais com os quais nos identificamos (van Dijk, 2008). Na verdade, o leitor ou ouvinte usa toda a informação que considera relevante e de que dispõe na situação comunicativa em curso para atribuir sentido ao texto. Sendo inegável a extrema complexidade dos processos cognitivos envolvidos na produção

e leitura de textos, assim como a sua ancoragem em práticas de produção e leitura socialmente organizadas e culturalmente baseadas, importa reter o seguinte: quando estamos a falar de um texto em particular, a produção do sentido ocorre *in situ*, nas circunstâncias particulares do aqui e agora da sua escrita e leitura. A ACD está atenta tanto à fluidez dos processos de produção do sentido, como à sua sedimentação em estruturas mais ou menos estáveis.

Em suma, enquanto que a AC introduz um fosso entre formas relevantes, sujeitas a uma análise formal, e aquilo a que chama "contexto" ou "condições de produção" (recuperados pela habilidade do analista em "desocultar" sentidos segundos), na ACD o contexto não é uma realidade estável, externa ou finita. Tal como o discurso, o contexto não é objetivo, no sentido em que não consiste em factos sociais compreendidos e considerados relevantes de forma idêntica por todos. A relevância, que resulta da construção subjetiva, mas socialmente baseada, que os participantes fazem desses factos sociais, e funciona como um guia que orienta a interação, deixa marcas mais ou menos explícitas nas formas. As formas usadas geram os seus próprios contextos relevantes, o que não quer dizer que a análise se limite a olhar apenas para elas. Isto explica por que as análises formal e não formal estão intimamente ligadas na ACD. A interpretação, para além de fazer parte dos procedimentos analíticos da mesma, também integra o seu objeto de análise. Ignorar que os textos exigem sempre atividade de leitura para serem textos e abordá-los "em si mesmos", para além de ser reducionista, equivale a cobrir o sol com uma peneira.

Procedimentos de análise

Bardin (1979, p. 40) refere que a análise de conteúdo parte da descrição das características dos textos – dos seus significados literais – para fazer inferências, na fase final da "interpretação controlada", relativas às condições de produção (causas ou antecedentes das mensagens) ou às condições de receção (possíveis efeitos das mensagens). Na ACD, o caminho é inverso. A ou o investigador começa com alguma representação da prática social em que se inscreve o texto. Tem consciência de que a sua atividade interpretativa, tal como a dos outros utilizadores de uma língua, depende da forma como representa a situação comunicativa imediata e a situação institucional/social de que o texto é

parte. Reconhece, portanto, que a interação não existe apenas no mundo dos dados, mas acontece também entre investigadores e "os materiais" com que trabalham. Sabe também que quem se propõe a estudar o discurso tem de saber muito sobre o mundo abordado no mesmo (Schiffrin, 1994) e sobre a sua história, bem como sobre o repertório de discursos disponíveis no domínio social em causa. Se se considera que o discurso não apresenta um retrato completo do mundo de que fala, importa saber identificar o que foi excluído, posto em segundo plano, nas entrelinhas, ou o que é dado como adquirido, aspetos do funcionamento do discurso que interessam sobremaneira à ACD. Neste sentido, embora dê primazia à informação contextual que deixa marcas no texto, não pode excluir radicalmente um conhecimento contextual mais geral. Tal seria ignorar princípios básicos da pragmática discursiva que são o da inevitabilidade do implícito e o do que não se pode derivar as funções comunicativas diretamente das formas. Numa certa medida, os significados implícitos deixam marcas nos textos, mas em muitos casos o preenchimento dos detalhes, que ajudam a explicar a produção do sentido, pode obrigar a ir além do *corpus*, recorrendo a outros textos, outras formas de discurso e a eventos históricos e factos (Reisigl & Wodak, 2014). Além disso, a interpretação das funções comunicativas, embora feita *in situ*, pressupõe que se conheça o quadro geral normativo que regula a interação em causa. Não dispondo deste conhecimento, corre-se o risco de fazer análises que apenas sumarizam ou parafraseiam os conteúdos dos textos, sem sensibilidade à sua inserção contextual e sujeitas aos mesmos tipos de constrangimentos do discurso em análise, como acontece tantas vezes em investigações em que se usa a AC, ou mesmo naquelas que se apresentam como ACD. No entanto, será bom sublinhar, a ACD apresentou-se sempre como um projeto interdisciplinar focado em problemas e que integra o conhecimento produzido nos Estudos do Discurso com o de outras áreas do saber das Ciências Sociais e Humanas, em todos os estádios da investigação: na construção da pergunta, na análise e na interpretação (Wodak & Chilton, 2005). Embora a ACD não se permita não ir além dos textos, é nestes que procura a chave. A sensibilidade à forma como a interpretação pode variar no tempo, espaço e entre participantes, bem como o acolhimento da ideia que toda a ação social é parcialmente modelada pelo discurso, tem consequências radicais no modo como quem faz uma análise crítica do discurso se vê a si próprio e na relação que estabelece com o fenómeno estudado. Contrariamente à análise de conteúdo clássica, quem faz uma análise

crítica não se vê a si próprio como estando fora da análise, mas considera que está dentro dela (Fairclough, 1992). Tem de estar consciente dos procedimentos interpretativos que utiliza na análise e deve também tornar explícitos esses procedimentos. A ACD para além de interpretar, também pretende explicar, respondendo à pergunta – de tudo o que poderia ser dito e feito aqui por que razões se escolheu fazê-lo desta maneira sob que circunstâncias e que efeitos pode ter. Mais um motivo pelo qual o projeto se apresenta como interdisciplinar. Só trabalhando nesse quadro é possível explicar e evidenciar como é que a agência dos atores sociais, envolvidos numa determinada interação verbal situada, é facilitada e simultaneamente constrangida pelas estruturas e práticas sociais (Fairclough & Wodak, 1997). Em termos metodológicos, este interesse pela explicação significa que o contexto considerado relevante pelo analista não é apenas aquele que os interlocutores constroem e evidenciam nas suas escolhas linguísticas numa situação comunicativa específica, num aqui e agora, como acontece, por exemplo, na Análise Conversacional. Nesta privilegia-se o ponto de vista étnico, do *insider*, ou seja, o que é relevante na análise da atividade social é que os participantes na interação consideram relevante na sua fala (Schelgoff, 1992). Mas isto são questões que evidenciam divisões internas aos Estudos do Discurso e que nos levariam longe na discussão. O que importa agora são as diferenças e semelhanças entre a ACD e a AC. Ora a consciência que os analistas críticos do discurso têm acerca da prática em que estão envolvidos enquanto produtores e consumidores de textos — das forças sociais que a modelam, das relações de poder e ideologias que a investe, dos seus efeitos sobre as identidades e relações sociais, bem como sobre as cognições sociais — faz com que deixem de considerar que os dados são autónomos. Quer dizer, não consideram que é possível fazer uma descrição *per se* das características do texto, e em seguida passar à fase inferencial relativa às causas ou consequências do mesmo. A interpretação faz sempre parte da descrição, o que não acarreta falta de rigor⁷, como se poderá pensar, mas sim reflexividade acrescida. Dito de outra maneira, os analistas críticos do discurso não perspetivam a ACD como uma mera técnica (como acontece com os utilizadores da AC); não definem o seu papel como sendo o de um ob-

⁷ Em termos de procedimento de análise, distinguem-se claramente os três componentes da mesma, a descrição, a interpretação e a explicação, cada um dos quais com preocupações específicas, embora tal não seja entendido numa lógica de receita e não ponha em causa a ideia que toda a análise é um ato de interpretação.

servador neutral (como acontece na AC), nem consideram que os resultados da sua análise podem ser replicados tal e qual por outro analista, sendo, de alguma forma, universais (como acontece na AC). Quem faz uma ACD sabe que o discurso da sua análise não é uma mera representação do que se passa na interação discursiva, mas, como qualquer outro discurso, é uma forma de ação e de intervenção (Fraser, 1989). Tornam-se explícitos, à partida, os valores em causa, as preferências ideológicas, abrindo-os assim ao debate. Boaventura Sousa Santos (2000) diz-nos a propósito que a explicitação pública do viés é a pré-condição possível da objetividade nas Ciências Sociais. Não o fazer também é uma forma de subjetividade. Na ACD reconhece-se a reflexividade do processo de investigação e a não neutralidade dos textos que dela resultam. As interpretações oferecidas são necessariamente parciais, situadas e contingentes. Procura como já referido, fazer essa interpretação, sempre que possível, a partir do ponto de vista daqueles que têm mais a perder com o exercício da dominação discursiva. Um dos critérios da qualidade dos seus resultados consiste precisamente na relevância prática dos mesmos. Van Leeuwen (2005), por exemplo, propõe uma parceria entre académicos e quem trabalha no campo na criação de novos recursos semióticos e novos usos de recursos existentes. Ainda que pertinente e necessária, a proposta não resolve o problema que os investigadores das Ciências Sociais e Humanas enfrentam que é o de terem de demonstrar de forma mesurável a relevância prática das suas investigações.

Validade dos resultados

Importa referir agora os riscos envolvidos nesta tomada de posição da ACD que a coloca nos antipodas da AC. Apesar das mudanças, a ACD permanece essencialmente uma forma de análise textual. Ou seja, na sua forma típica, implica a) a deteção de padrões regulares num texto ou conjunto de textos (por exemplo, ao nível da semântica, da ação e da interação, da retórica, da argumentação) b) usar informação do contexto, recuperada por meios linguísticos, articulada com informação contextual exterior ao *corpus*, para interpretar e explicar a significância política ou ideológica desses padrões discursivos. Embora haja discussões em torno da validade dos padrões encontrados, que levam alguns críticos a acusarem os analistas de não fundamentarem as suas

análises em bases empíricas sólidas (e.g. uso de poucos exemplos; exclusão de exemplos contrários ou de traços discursivos inconvenientes), são as interpretações e explicações propostas pela ACD que têm gerado controvérsia.

Quais são as provas, dizem os críticos, de que estas interpretações são as "corretas" e que não são apenas significações que o analista está a impor aos dados por causa dos seus compromissos ideológicos? Quais são as provas de que os padrões textuais são indicadores da sua significância ideológica?

Por exemplo, Widdowson, da Linguística Aplicada, diz que a interpretação tendenciosa é endémica à ACD. Segundo este autor, o que os analistas críticos do discurso fazem é criar um contexto que depois regula a interpretação dos traços formais como sendo a apropriada. Nessa medida, agem como os linguistas formais, consultam a primeira pessoa, como se ela fosse representativa de um todo coletivo. Substituem, portanto, uma leitura parcial por outra que serve a agenda política que partilham. Apesar de reconhecerem teoricamente que diferentes condições contextuais dão lugar a diferentes discursos derivados do mesmo texto, e assim a natureza aberta do significado, o que fazem na prática é reclamar um estatuto privilegiado para as suas interpretações, estipulando um conjunto de termos em relação ao qual textos e eventos comunicativos devem ser interpretados (Widdowson, 1995). Nesta perspetiva, um dos riscos envolvidos na ACD é o de nunca ser surpreendido pelos dados, caindo, portanto, na armadilha da circularidade no raciocínio (Antaki et al., 2002).

E então como minimizar este alegado risco de viés na interpretação? Schegloff (1992) da Análise Conversacional defende que o procedimento correto será privilegiar as interpretações endógenas dos participantes na interação, como já referido acima. A relevância que conta, o que uma frase quer dizer, é o que os participantes querem dizer com ela, e o que eles querem dizer evidencia-se na resposta que dão à mesma. Só que isto é válido apenas quando os textos analisados constituem uma transcrição de uma conversa ou de uma entrevista. Nesses géneros de discurso, os participantes têm o direito e o dever de demonstrar o modo como compreenderam o que o interlocutor disse antes quando retomam a fala. O que não quer dizer que o façam sempre, ou o façam sempre de uma forma clara. Mas, em termos convencionais, é de esperar que respondam. A contextualização é provada, então, através do que os participantes dizem ou fazem.

Mas quando o texto analisado foi composto para ser apresentado a uma

audiência de massas, não se encontrará nesse texto qualquer prova do modo como a audiência o vai compreender. Levanta-se então a questão de como validar uma análise particular. Neste aspeto, a ACD e a AC parecem partilhar de um mesmo problema ou do mesmo tipo de limitação, para o qual Umberto Eco chamou a atenção em 1976 ao sublinhar a importância dos "subcódigos culturais" e das "descodificações aberrantes". De facto, tanto a ACD como a AC não permitem aceder aos efeitos que um determinado texto ou conjunto de textos têm na realidade. No entanto, contrariamente à AC, a ACD integra e explicita um conjunto de pressupostos teóricos e de questões dele derivado que dão a base para avaliar a qualidade dos resultados. Eis alguns.

1. Se é verdade que a ACD sublinha o poder constitutivo do discurso, por exemplo, ao nível ideológico, por outro lado também se sublinha que essa causalidade não é direta nem linear. Há muitas condições contextuais, materiais e não materiais, de natureza micro e macro, envolvidas na produção desses efeitos (Fairclough, 1995). Portanto, uma análise do texto *per se* não basta. Há necessidade de criar quadros teóricos de natureza interdisciplinar que permitam explorar as relações mutuamente constitutivas entre texto, processos de produção e compreensão dos mesmos e as práticas sociais em que ocorrem. O que está em jogo na ACD é o poder e a política. São as práticas discursivas e as estruturas linguísticas e não linguísticas que as possibilitam e modelam (van Dijk, 2005). Não é a linguagem, não é frequência de certas palavras, como na AC. Ora, apesar das críticas tecidas à ACD, temos de reconhecer os seus triunfos relativamente à AC: se, como diz Laurence Bardin, a orientação recente da AC se distingue pela sua preocupação de inferência, não nos oferece qualquer teoria que explique como se articulam textos e contextos: o que incluir, o que excluir, tanto ao nível dos traços textuais, como ao nível contextual e como explicar as relações. Norman Fairclough e Teun van Dijk, por exemplo, dois pioneiros da ACD, têm dedicado grande parte do seu trabalho a esta questão. Fairclough propõe um modelo de explicação das relações entre texto e práticas sociais por via das práticas discursivas: os textos são modelados e modelam as práticas sociais de que fazem parte de forma indireta, isto é, via modo como são influenciados e influenciam as práticas discursivas (géneros, estilo, ordem) de uma comunidade ou instituição. Van Dijk, por seu

lado, liga os textos à situação social através de uma abordagem socio-cognitiva. Propõe-se mostrar relações entre textos, processos de produção e de compreensão e práticas sociais, colocando a ênfase no papel mediador da cognição social e dos modelos cognitivos individuais.

2. O desenvolvimento destas propostas não resolve, claro, o problema da validade da interpretação. Mais ainda quando os Estudos do Discurso postulam o princípio da relatividade das estratégias linguísticas: as funções e efeitos das formas linguísticas variam segundo os contextos. Mesmo que alguém não acuse os analistas críticos de serem tendenciosos, pode sempre argumentar que os textos podem apoiar uma variedade infinita de leituras. Como não têm acesso independente à produção dos textos, nem às suas leituras, então é impossível "provar", usando as ferramentas da análise do discurso, que um determinado texto constitui um exemplo de uma qualquer posição ideológica. Mas este argumento de uma possibilidade infinita de leituras, apesar de válido, não deve ser levado até às últimas consequências. Não é por isso que devemos pensar que os textos suportam todas as leituras que o analista queira produzir. Para ser válida, a análise tem de assentar numa descrição sistemática e exaustiva da linguagem usada nos materiais selecionados, tem de estar devidamente fundamentada em termos teóricos e deve ser feita com recurso a métodos dos Estudos do Discurso que respondam à questão levantada e aos objetivos da investigação empírica em causa. Sublinhe-se ainda que é a comunidade de prática formada por aqueles que estão engajados nesse tipo de investigação que decide da validade da mesma.
3. A ACD está também atenta à variação e contradição. Procura detetar se há provas linguísticas que evidenciem posições contraditórias, ou seja, que ofereçam a possibilidade de várias interpretações, de derivar vários discursos a partir de um só texto. Quando assim é, tem de se considerar os efeitos dessa justaposição e de ver se há algum quadro interpretativo dominante ou leitura preferencial (Hall, 1980) privilegiada. Para isso, podemos utilizar, por exemplo, o conhecimento disponível acerca das características gerais dos géneros do discurso em que os textos se inscrevem, ou mais globalmente, da ordem de discurso em causa. Podemos e devemos aduzir argumentos de natureza outra que não discursiva (social, histórica) para justificar uma determinada interpretação e explica-

ção, mostrando que o leitor ideal não é uma mera invenção conveniente (Taylor, 2001). O escrutínio de elementos de comparação e de contraste é, portanto, fundamental neste tipo de análise. Ruth Wodak (2008, p. 12) propõe o uso do princípio de triangulação como forma de minimizar o risco de viés e chama a atenção para a importância de se integrar na ACD o conhecimento produzido pela História (Reisigl/ Wodak, 2014).

4. Mas há outras propostas no quadro da ACD. Van Leeuwen (2005, p. 14) propõe que se estude a produção e recepção dos textos recorrendo à Etnografia, numa lógica de primeiro a análise do discurso, para identificar os assuntos, segundo a análise etnográfica para os explicar e mostrar como se manifestam na sociedade. A crítica de eventuais generalizações abusivas ligada à falta de representatividade do *corpus* foi acolhida por vários investigadores. Há projetos que seguindo o princípio de triangulação combinam a Linguística de *Corpus* com abordagens propostas pela ACD (Baker et al., 2008), não numa lógica de quantitativo antes, e qualitativo depois, mas numa lógica de ciclo. No projeto de Baker mostra-se que os resultados qualitativos fornecidos pela ACD podem ser quantificados, e que os quantitativos precisam de ser interpretados à luz de quadros teóricos. E mostra-se também que as categorias que emergiram da análise quantitativa foram úteis para adaptar e expandir categorias já existentes na ACD. Este exercício lembra a necessidade de assumir que todas as categorias que são quantificadas são primeiro estabelecidas de uma forma qualitativa.

Nota conclusiva

O horizonte deste exercício de reflexão foi definido pela preocupação habitualmente partilhada por quem se inicia na investigação empírica realizada nas Ciências da Comunicação: "Devo usar a Análise de Conteúdo? Devo usar a Análise do Discurso? Expostos alguns dos principais contrastes, espera-se que este exercício tenha contribuído para alargar o alcance dessa ponderação, ao colocar na mesa elementos habitualmente ausentes da discussão em torno do assunto e ao tê-lo feito de outra forma. Mostrou-se que a AC, definida como uma técnica de análise das comunicações, não se apresenta por isso desprovida de escolhas teóricas, ainda que possam não estar explícitas, para

além de radicar numa tradição epistemológica concreta. Apresentaram-se argumentos que mostram por que a ACD não pode ser reduzida a um método, sendo o mais evidente deles o de que tal nunca fez parte dos seus propósitos. Evidenciou-se que as teorias discursivas usadas na ACD para construir o seu objeto de análise, independentemente do domínio ou fenómeno empírico de interesse, têm implicações metodológicas e epistemológicas. Também se espera ter deixado claro os riscos de simplificação (e também de mistificação) envolvidos em raciocínios que pensam uma integração da AC e da ACD numa lógica sequencial: primeiro quantifica-se, depois qualifica-se. Em suma, uma "análise das comunicações" requer teorias sobre a natureza da comunicação e do discurso e requer também teorias sobre a natureza da análise.

Referências

Alves, A. (2000). Argumentação e análise do discurso na perspectiva de Oswald Ducrot. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 28, 117-135

Antaki, C. et al. (2003). Discourse analysis means doing analysis: a critique of six analytic shortcomings. *Discourse Analysis Online*, 1. Retirado de <https://dspace.lboro.ac.uk/dspace-jspui/handle/2134/633>

Baker, P. et al. (2008). A useful methodological synergy? Combining critical discourse analysis and corpus linguistics to examine discourses of refugees and asylum seekers in the UK press. *Discourse & Society*, 19(3), 273-305.

Bell, A. (1984). Language style as audience design. In Coupland, N. & Jaworski, A. (1997, Eds.), *Sociolinguistics: a Reader and Coursebook* (pp. 240-50). New York: St Martin's Press Inc.

Berelson, B. (1952). *Content analysis in communication research*. New York: The Free Press

Correia, J. (2011). *O admirável mundo das notícias Teorias e métodos* (pp. 64-69). Covilhã: UBI, LabCom Books.

Duranti, A. (2000). Linguistic anthropology: the study of language as a non-neutral medium. In Mesthrie, R. (Ed.), *The Cambridge Handbook of Sociolinguistics* (pp. 28-46). Cambridge: Cambridge University Press.

Eco, U. (1980/1976). *Tratado geral de semiótica*. São Paulo: Editora Perspectiva.

Fairclough, N. (1995). *Media discourse*. London: Edward Arnold.

Fairclough, N. (1992). *Discourse and social change*. London: Cambridge Polity Press.

Fairclough, N. & Wodak, R. (1997). Critical discourse analysis. In van Dijk, T. A. (Ed.), *Discourse Studies. A multidisciplinary introduction* (vol. 2, pp. 258-284). London: Sage.

Fidalgo, A. (1999). Da semiótica e seu objecto. *Comunicação e Sociedade*, 1, 19-40.

Fraser, N. (1989). *Unruly practices: Power, discourse, and gender in contemporary social theory*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Hart, C. & Piotr, C. (Eds.) (2014). *Contemporary Critical Discourse Studies*. London: Bloomsbury Academic.

Hiernaux, J. P. (1997). Análise estrutural de conteúdos e modelos culturais: aplicação a materiais volumosos. In Albarello, L. et al., *Práticas métodos de investigação em Ciências Sociais* (pp. 156-202). Lisboa: Gradiva.

Hall, S. (1980). Encoding/decoding. In Hall, S. et al. (Eds), *Culture, media, language* (pp 128-138). London Routledge.

Herrera, Y. et al (2004). Symposium: Discourse and Content Analysis. *Qualitative Methods, Spring*, 15-38.

Hesmondhalgh, D. (2006). Discourse analysis and content analysis. In Gillespie, M. & Toyne, J. (Eds), *Analysing media texts* (pp. 119-156). London: Open University Press.

Henry, P. & Moscovici, S. (1968). Problèmes de l'analyse de contenu. *Linguages*, 11, 33-60.

Krippendorff, K. (1980). *Content Analysis. An introduction to its methodology*. London: Sage.

Lazar, M. (Ed.) (2007). *Feminist critical discourse analysis. Gender, power and ideology in discourse*. New York: Palgrave Macmillan

Machin, D. & Mayr, A. (2012). *How to do critical discourse analysis: A multimodal introduction*. London: Sage.

Martins, M. (2000). A racionalidade da linguagem humana. Aquilo que os discursos dizem e o que nós fazemos com eles. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 28, 87-104.

Mayring, P. (2014). *Qualitative content analysis: theoretical foundation, basic procedures and software solution*. Klagenfurt, 2014. Retirado de <http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0168-ssaar-395173>

Neuendorf, K. (2017). *The content analysis guidebook*. London: Sage.

Pinto-Coelho, Z. (2002). *Drogas em campanhas de prevenção: dos discursos às ideologias. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal*. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29460>

Pinto-Coelho, Z. (2010). O 5 de Outubro de 1910 na imprensa da cidade de Braga, 97-114. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/29365>

Reisigl, R. & Wodak, R. (2014). The discourse-historical approach. In Wodak, R. & Meyer, M. (Eds.), *Methods of critical discourse analysis* (pp. 62-85). London: Sage.

Rocha, D. & Deusdará, B. (2006). Análise de conteúdo e análise do discurso: o linguístico e seu entorno. *D.E.L.T.A.*, 22(1), 29-52.

Rocha, D. & Deusdará, B. (2005). Análise de conteúdo e análise do discurso. Aproximações e afastamentos na reconstrução de uma trajetória. *ALEA*, 7(2), 305-322.

Santos, B. de S. (2000). Por que é tão difícil construir uma teoria crítica. *Revista de Comunicação e Linguagens*, 28, 83-101.

Schegloff, E. (1992). *In another Context*. In Duranti A. & Goodwin, C. (Eds.), *Rethinking context: language as an interactive phenomenon* (193-227). Cambridge: Cambridge University Press.

Schiffirin, D. (1994). *Approaches to discourse*. Malden, MA: Blackwell.

Smith, D. E. (1986). The active text: texts as constituents of social Practice. In Smith, D. E., *Texts, facts and femininity* (pp. 12-51). Boston: Northeastern University Press.

Taylor, S. (2001). Locating and conducting discourse analytical research. In Wetherell, M. et al. (2001), *Discourse theory and practice: A reader*. London: Open University.

Titscher, S. et al (2000). *Methods of text and discourse analysis*. London: Sage

Tomlin, R. et al. (1997). Discourse semantics. In van Dijk, T. A. (Ed.), *Discourse Studies. A multidisciplinary introduction (vol. 1, pp. 63-111)*. London, Sage.

Van Dijk, T. A. (1997). The study of discourse. In van Dijk, T. A. (Ed.), *Discourse Studies. A multidisciplinary introduction (vol. 1, pp. 1-34)*. London, Sage.

Van Dijk, T. A. (2005). *Discurso, notícia e ideologia. Estudos na análise crítica do discurso*. Porto: Campo das Letras.

van Dijk, T. (2008). *Discourse and context. A sociocognitive approach*. Cambridge: Cambridge University Press.

Van Leeuwen, T. (2005). Three models of interdisciplinarity. In Wodak, R. & Chilton, P., *A new agenda in (Critical) Discourse Analysis (pp. 3-19)*. Amsterdam: John Benjamins Pub. Company.

Verschueren, J. (1999). *Understanding Pragmatics*. London: Edward Arnold.

Widdowson, W. (1998). The theory and practice of Critical Discourse Analysis. *Applied Linguistics*, 19, 136-151.

Wodak, R. (2008). Introduction: Discourse Studies-Important concepts

and terms. In Wodak, R. & Krzyzanowski, M. (2008), *Qualitative Discourse Analysis in the Social Sciences* (pp. 1-29). Hampshire: Palgrave Macmillan.

Wodak, R. (Ed.)(2013). *Critical Discourse Analysis (4 vol.)*. London: Sage.

Redes científicas e nodocentrismo

Scientific networks and nodocentrism

Francisco Campos-Freire
Asociación Galega de Investigadores e Investigadoras en
Comunicación (AGACOM)
Universidade de Santiago de Compostela, Galicia
francisco.campos@usc.es

Resumo: O desenvolvemento dos sistemas de comunicación gobernados por Internet abre un panorama de interese para reflexionar sobre como tratar de conciliar as tendencias centralizadoras dos fluxos globais de circulación do coñecemento coas estratexias de preservación, debate e promoción da diversidade cultural, lingüística e científica. Puxemos esta reflexión sobor da palestra na sesión sobre Interculturalismo, Comunicación Lusófona e Cooperación celebrada no XII Congreso de LUSOCOM que tivo lugar en 2016 en Cabo Verde e volve a ser propósito de reflexión para o primeiro congreso internacional da Asociación Galega de Investigadores e Investigadoras en comunicación (AGACOM), en novembro de 2017, en Santiago de Compostela.

Palabras-chave: Interculturalismo, Comunicación Lusófona, Cooperación, Redes Científicas.

Abstract: The development of Internet-governed communication systems opens up a landscape of interest to reflect on how to reconcile the centralizing tendencies of global flows of knowledge circulation with strategies for preserving, debating and promoting cultural, linguistic and scientific diversity. We put this reflection on the forefront of the session on Interculturalism, Lusophone Communication and Cooperation held at the 12th LUSOCOM Congress that took place in 2016 in Cape Verde and is again intended for reflection for the first international congress of the Galician Association of Researchers in Communication (AGACOM), November 2017, in Santiago de Compostela.